

DA DEFICIÊNCIA AOS DIREITOS: A TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES COMO LENTE ANALÍTICA PARA REINTERPRETAR A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

**FROM DISABILITY TO RIGHTS: THE TRANSFORMATION OF RATIONALITIES
AS AN ANALYTICAL LENS TO REINTERPRET THE EVOLUTION OF SPECIAL
EDUCATION**

Ciências Humanas • 01/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/788202135](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788202135)

Maria do Rosário de Fátima Brandão Amorim¹

RESUMO

A evolução da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva tem sido amplamente investigada na literatura científica, predominando interpretações fundamentadas em marcos legais, mudanças paradigmáticas da deficiência, institucionalização das políticas públicas e democratização da escolarização. Embora essas perspectivas tenham ampliado a compreensão do campo, permanecem organizadas em níveis analíticos distintos, dificultando uma interpretação integrada desse processo histórico. Este estudo caracteriza-se como uma **Revisão Crítica Interpretativa da Literatura com Construção Teórica**, cujo objetivo consiste em integrar criticamente a produção científica sobre Educação Especial e educação inclusiva, propondo a **transformação das racionalidades** como lente analítica para reinterpretar a evolução histórica das políticas públicas educacionais destinadas às pessoas com deficiência. A investigação fundamentou-se na integração crítica de um corpus constituído por **57 artigos científicos**, previamente selecionados por meio de revisão sistemática da literatura. A análise permitiu identificar que as mudanças observadas na legislação, nas políticas públicas e na escolarização não constituem processos independentes, mas expressam a transformação histórica das racionalidades que passaram a orientar a compreensão da deficiência, a institucionalização dos direitos humanos e a atuação do Estado na garantia do direito à educação. Conclui-se que a categoria proposta amplia o potencial explicativo da literatura ao integrar diferentes perspectivas analíticas em um modelo interpretativo capaz de oferecer uma nova compreensão sobre a evolução da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva; políticas públicas; racionalidades; direitos humanos; revisão crítica interpretativa.

ABSTRACT

Background: The evolution of Special Education and inclusive educational policies has been extensively examined in the scientific literature, predominantly through legal frameworks, shifts in disability paradigms, public policy development, and the democratization of schooling. Although these perspectives have substantially advanced knowledge in the field, they remain analytically fragmented, limiting a comprehensive understanding of this historical process. **Objective:** This study aims to critically integrate the scientific literature on Special Education and Inclusive Education by proposing the **transformation of rationalities** as an interpretive analytical framework for reinterpreting the historical evolution of educational policies for persons with disabilities. **Methods:** The study was designed as a **Critical Interpretive Literature Review with Theory Building**. The analysis was based on the critical integration of a corpus of **57 peer-reviewed scientific articles**, previously identified through a systematic literature review. Rather than merely synthesizing existing evidence, the review sought to develop a theoretical interpretation capable of integrating the principal explanatory perspectives found in the literature. **Results:** The findings indicate that changes in legislation, public policies, and schooling should not be interpreted as isolated historical events, but rather as expressions of the historical transformation of the rationalities that have progressively shaped the understanding of disability, the institutionalization of human rights, and the role of the State in guaranteeing the right to education. **Conclusions:** The proposed analytical lens expands the explanatory potential of the existing literature by integrating previously fragmented perspectives into a coherent interpretive model, offering a new theoretical framework for understanding the evolution of Special Education and inclusive educational policies.

Keywords: Special Education; Inclusive Education; Public Policy; Human Rights; Critical Interpretive Literature Review; Theory Building.

1. INTRODUÇÃO

A evolução da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva constitui um dos temas mais investigados no campo das políticas educacionais nas últimas décadas. O fortalecimento dos direitos das pessoas com deficiência, a ampliação dos sistemas educacionais inclusivos e a consolidação de novos marcos normativos nacionais e internacionais impulsionaram significativa expansão da produção científica, fazendo da Educação Especial um dos campos mais dinâmicos da pesquisa educacional contemporânea. Nesse percurso, consolidou-se uma literatura ampla e diversificada dedicada à compreensão das transformações históricas que redefiniram a organização da educação destinada às pessoas com deficiência, a atuação do Estado e a própria concepção do direito à educação.

A análise dessa produção evidencia importantes avanços na compreensão da evolução da Educação Especial. Diferentes estudos demonstram que esse processo foi profundamente influenciado pela ampliação dos direitos humanos, pela institucionalização de políticas públicas inclusivas, pelas mudanças nas concepções de deficiência e pelas transformações ocorridas na organização dos sistemas educacionais (Baptista, 2019; Camargo & Paes de Carvalho, 2019; Garcia & Barcelos, 2021; Pletsch & Souza, 2021). Outros autores enfatizam a relevância dos documentos internacionais, das reformas legislativas e das políticas nacionais como elementos centrais da consolidação da educação inclusiva (Rahme, 2013; Macena et al.,

2018; Sousa et al., 2025). Há ainda pesquisas que privilegiam a análise da escolarização, das práticas pedagógicas, da formação docente e dos processos de implementação das políticas públicas (Silva & Carvalho, 2017; Matos & Mendes, 2015; Santos & Mendes, 2021).

Apesar dessa diversidade analítica, observa-se que a literatura permanece organizada em perspectivas explicativas relativamente autônomas. Enquanto parte dos estudos interpreta a evolução da Educação Especial a partir da sucessão de marcos legais, outros privilegiam as mudanças paradigmáticas da deficiência, a institucionalização das políticas públicas ou os processos de escolarização. Essas abordagens oferecem contribuições relevantes para a compreensão do fenômeno, porém tendem a enfatizar dimensões específicas da realidade, dificultando a construção de um modelo interpretativo capaz de integrar, em uma mesma explicação, as transformações jurídicas, políticas, institucionais e educacionais que caracterizam a evolução histórica da Educação Especial.

Essa constatação evidencia uma lacuna teórica importante. Embora a literatura descreva com precisão as mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas, permanece menos desenvolvida a compreensão dos processos históricos que articulam essas diferentes transformações. Em outras palavras, sabe-se relativamente bem **o que mudou**, mas ainda se explica de forma fragmentada **por que essas mudanças ocorreram** e **qual lógica histórica lhes confere unidade**. Essa limitação torna-se particularmente relevante diante da complexidade assumida pelas políticas públicas contemporâneas, nas quais diferentes concepções de deficiência, cidadania, inclusão e direito à educação continuam

coexistindo e disputando espaço na formulação e implementação das ações estatais.

É nesse contexto que este estudo propõe compreender a evolução da Educação Especial por meio da categoria analítica **transformação das racionalidades**. Parte-se do pressuposto de que as mudanças observadas na legislação, nas políticas públicas e na escolarização não constituem fenômenos independentes, mas expressam a reorganização histórica das racionalidades que passaram a orientar a compreensão da deficiência, a definição das responsabilidades do Estado e a construção do direito à educação das pessoas com deficiência. Sob essa perspectiva, os marcos normativos deixam de ser interpretados como pontos de origem das mudanças históricas e passam a ser compreendidos como momentos de institucionalização de racionalidades cuja construção antecede sua formalização jurídica.

O presente estudo caracteriza-se como uma **Revisão Crítica Interpretativa da Literatura com Construção Teórica**, desenvolvida a partir da integração crítica de um corpus constituído por cinquenta e sete artigos científicos previamente selecionados mediante revisão sistemática da literatura. Diferentemente das revisões que se limitam à síntese do conhecimento produzido, a revisão crítica interpretativa busca produzir novas interpretações teóricas capazes de integrar diferentes perspectivas analíticas presentes na literatura. Nesse sentido, a categoria **transformação das racionalidades** não constitui um conceito formulado a priori, mas uma construção teórica que emerge da interpretação integrada do corpus analisado.

Assim, o objetivo deste artigo consiste em integrar criticamente a produção científica sobre Educação Especial e educação inclusiva, propondo a transformação das racionalidades como categoria analítica para reinterpretar a evolução histórica das políticas públicas educacionais destinadas às pessoas com deficiência. Ao fazê-lo, pretende-se oferecer uma nova chave interpretativa para compreender a relação entre deficiência, políticas públicas, institucionalização dos direitos e escolarização, contribuindo para ampliar o debate teórico no campo da Educação Especial.

O artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se o percurso metodológico que fundamenta a revisão crítica interpretativa. Em seguida, desenvolve-se uma leitura crítica das principais perspectivas explicativas presentes na literatura científica sobre a evolução da Educação Especial. Na quarta seção, propõe-se a transformação das racionalidades como categoria analítica integradora, construída a partir da integração crítica do corpus analisado. Posteriormente, demonstra-se o potencial explicativo dessa categoria mediante a reinterpretação da evolução histórica da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais se explicitam as contribuições teóricas e metodológicas da investigação para o avanço do conhecimento na área.

2. MÉTODO: DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA À REVISÃO CRÍTICA INTERPRETATIVA COM CONSTRUÇÃO TEÓRICA

2.1. Delineamento da Investigação

Este estudo caracteriza-se como uma Revisão Crítica Interpretativa da Literatura com Construção Teórica, delineamento metodológico

orientado não apenas pela síntese do conhecimento disponível, mas pela produção de uma interpretação teórica capaz de integrar criticamente diferentes perspectivas explicativas presentes na literatura científica. Diferentemente das revisões sistemáticas tradicionais, cujo propósito consiste predominantemente na identificação, avaliação e síntese de evidências, a revisão crítica interpretativa busca compreender relações conceituais, permanências históricas, deslocamentos epistemológicos e tensões interpretativas que permitam construir novos referenciais analíticos para explicar fenômenos complexos (Torraco, 2016; Snyder, 2019).

A opção por esse delineamento decorre da natureza do problema investigado. A evolução da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva constitui um processo histórico multidimensional, no qual transformações jurídicas, políticas, institucionais e educacionais se desenvolvem de forma articulada. Embora a literatura apresente amplo conjunto de estudos sobre esses diferentes aspectos, observa-se que as interpretações permanecem predominantemente organizadas por objetos específicos de investigação, dificultando a construção de uma explicação integrada do fenômeno.

Nessa perspectiva, a revisão crítica interpretativa mostrou-se particularmente adequada por possibilitar que a literatura fosse compreendida não apenas como fonte de informações, mas como objeto de interpretação científica. O interesse central da investigação deslocou-se, portanto, da descrição dos resultados produzidos pelos estudos para a compreensão das racionalidades subjacentes às diferentes formas pelas quais a evolução da Educação Especial vem sendo explicada no campo científico.

Consequentemente, a categoria analítica transformação das racionalidades não foi previamente estabelecida como referência para a análise. Ela constituiu o resultado de um processo interpretativo desenvolvido a partir da integração crítica da produção científica, configurando-se como construção teórica derivada do próprio percurso metodológico da investigação.

2.2. Constituição do Corpus da Investigação

A construção do corpus fundamentou-se em uma revisão sistemática da literatura previamente realizada, concebida como etapa inicial da investigação. Essa revisão teve como finalidade identificar estudos científicos que abordassem a evolução da Educação Especial, as políticas públicas de educação inclusiva, os direitos das pessoas com deficiência, os processos de escolarização e as transformações históricas relacionadas à consolidação da educação inclusiva.

A seleção dos estudos observou critérios previamente definidos de elegibilidade, contemplando artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais que apresentassem relação direta com o objeto investigado. Foram excluídos estudos centrados exclusivamente em intervenções pedagógicas específicas, relatos de experiência sem fundamentação analítica ou pesquisas cujo foco não dialogasse com a evolução histórica das políticas públicas de Educação Especial.

Ao final desse processo, constituiu-se um corpus formado por 57 artigos científicos, representativos da produção contemporânea sobre Educação Especial e educação inclusiva. O conjunto de estudos analisados contempla diferentes abordagens teóricas,

metodológicas e temáticas, abrangendo investigações sobre direitos humanos, políticas públicas, institucionalização da educação inclusiva, escolarização, formação docente, gestão educacional, comparações internacionais e processos históricos de constituição da Educação Especial.

A amplitude temática do corpus constitui elemento central desta investigação, uma vez que possibilitou identificar regularidades interpretativas, convergências conceituais e deslocamentos históricos dificilmente perceptíveis em análises restritas a um único objeto de estudo ou a determinados períodos históricos.

2.3. Da Revisão Sistemática à Integração Crítica da Literatura

A revisão sistemática constituiu apenas o ponto de partida da investigação. A etapa subsequente consistiu na realização de uma integração crítica da literatura, orientada pela comparação constante entre os estudos selecionados.

Inicialmente, procedeu-se à leitura integral dos artigos, identificando objetivos, referenciais teóricos, pressupostos epistemológicos, categorias analíticas e interpretações históricas presentes em cada investigação. Em seguida, os estudos foram analisados comparativamente, buscando identificar aproximações, divergências, permanências conceituais e deslocamentos interpretativos.

Esse procedimento permitiu ultrapassar a organização tradicional da literatura por temas ou períodos cronológicos. Em seu lugar, buscou-se compreender como diferentes autores explicavam a evolução da Educação Especial e quais elementos assumiam centralidade em suas interpretações. Durante esse processo, observou-se que, apesar

da diversidade de objetos investigados, as explicações apresentavam importantes convergências em torno de quatro perspectivas predominantes: a evolução compreendida pela sucessão dos marcos legais, pelas mudanças paradigmáticas da deficiência, pela institucionalização das políticas públicas e pela democratização da escolarização.

A identificação dessas perspectivas constituiu o primeiro movimento interpretativo da investigação e evidenciou que a literatura descrevia dimensões distintas de um mesmo processo histórico, embora ainda sem um referencial analítico capaz de integrá-las.

2.4. Processo de Construção da Categoria Analítica

A construção da categoria transformação das racionalidades resultou da etapa interpretativa da investigação. Diferentemente de categorias previamente definidas, sua formulação ocorreu de maneira progressiva, mediante sucessivos movimentos de comparação entre os estudos, síntese interpretativa e elaboração conceitual.

Durante a análise do corpus, observou-se que diferentes pesquisas descreviam mudanças significativas nas formas de compreender a deficiência, na organização das políticas públicas, na atuação do Estado e nos processos de escolarização. Embora utilizassem referenciais conceituais distintos, tais investigações convergiam para um elemento comum: todas evidenciavam transformações históricas nas formas de interpretar e organizar a Educação Especial.

A interpretação integrada dessas convergências permitiu compreender que tais mudanças não se restringiam às políticas

públicas ou às reformas educacionais, mas correspondiam à reorganização das racionalidades que passaram a orientar a relação entre deficiência, educação e direitos humanos. Dessa forma, a categoria proposta emergiu como uma síntese teórica capaz de integrar fenômenos anteriormente analisados de maneira fragmentada.

Assim, a transformação das racionalidades constitui uma construção analítica produzida pela integração crítica da literatura e destinada a explicar, em um mesmo modelo interpretativo, as relações entre mudanças conceituais, institucionalização das políticas públicas e transformações da escolarização das pessoas com deficiência.

2.5. Rigor Metodológico da Investigação

O rigor metodológico desta investigação fundamenta-se em quatro princípios complementares: transparência, rastreabilidade, coerência interpretativa e plausibilidade teórica.

A transparência foi assegurada pela explicitação do percurso metodológico, desde a constituição do corpus até os procedimentos de análise e construção da categoria analítica. A rastreabilidade decorre da utilização de um corpus previamente definido e da descrição dos critérios empregados para sua seleção e interpretação.

A coerência interpretativa foi garantida pela comparação sistemática entre os estudos, permitindo que a categoria construída emergisse da integração crítica da literatura e não da adoção prévia de um referencial teórico específico. Finalmente, a plausibilidade teórica decorre da capacidade explicativa da categoria transformação das racionalidades, que possibilitou integrar diferentes perspectivas

presentes na produção científica em um modelo interpretativo único e consistente.

Desse modo, o percurso metodológico desenvolvido demonstra que a contribuição teórica apresentada neste estudo não resulta de uma formulação especulativa, mas de um processo rigoroso de interpretação da literatura, fundamentado na articulação entre revisão sistemática, integração crítica e construção teórica.

3. A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA LITERATURA CIENTÍFICA: UMA LEITURA CRÍTICA DAS PERSPECTIVAS EXPLICATIVAS

A evolução da Educação Especial constitui um dos temas mais recorrentes na produção científica sobre políticas educacionais inclusivas. Nas últimas décadas, a consolidação do direito à educação das pessoas com deficiência, a ampliação dos sistemas educacionais inclusivos e a intensificação dos debates internacionais sobre direitos humanos favoreceram a constituição de um campo de investigação marcado por significativa diversidade teórica e metodológica. Como consequência, diferentes estudos passaram a interpretar a trajetória histórica da Educação Especial sob múltiplos referenciais, contribuindo para ampliar a compreensão das transformações ocorridas nas políticas públicas, na organização dos sistemas educacionais e na escolarização das pessoas com deficiência (Baptista, 2019; Garcia & Barcelos, 2021; Pletsch & Souza, 2021).

Essa diversidade representa importante avanço científico, pois evidencia a complexidade do fenômeno investigado e amplia as possibilidades de análise. Entretanto, ao integrar criticamente a

produção científica, observa-se que a literatura tende a organizar suas interpretações em torno de perspectivas explicativas relativamente autônomas. Embora dialoguem entre si, essas perspectivas atribuem centralidade a diferentes dimensões do processo histórico, enfatizando, ora a produção normativa, ora as mudanças paradigmáticas, ora a institucionalização das políticas públicas, ora a democratização da escolarização. Tal característica demonstra que a literatura construiu interpretações robustas sobre aspectos específicos da evolução da Educação Especial, mas ainda carece de um referencial capaz de integrar essas diferentes explicações em uma compreensão histórica unificada.

Nessa perspectiva, esta seção não se propõe a apresentar uma revisão cronológica da literatura nem a descrever exhaustivamente os estudos que compõem o corpus da investigação. Seu objetivo consiste em analisar criticamente as principais perspectivas explicativas identificadas, evidenciando suas contribuições para a compreensão da evolução da Educação Especial e, simultaneamente, os limites interpretativos que justificam a construção de uma categoria analítica integradora.

3.1. A Evolução Explicada Pela Sucessão dos Marcos Legais

Uma das interpretações mais recorrentes na literatura compreende a evolução da Educação Especial como resultado da sucessão de marcos legais e normativos que progressivamente ampliaram o reconhecimento do direito à educação das pessoas com deficiência. Sob essa perspectiva, a história da Educação Especial é frequentemente organizada a partir de documentos internacionais, reformas constitucionais, legislações nacionais e políticas públicas que redefiniram as responsabilidades do Estado e orientaram a

reorganização dos sistemas educacionais (Rahme, 2013; Macena et al., 2018; Camargo & Paes de Carvalho, 2019).

Essa abordagem permitiu demonstrar que a consolidação da educação inclusiva não decorreu de acontecimentos isolados, mas de um processo contínuo de institucionalização jurídica dos direitos humanos. Ao enfatizar a importância de documentos como a Declaração de Salamanca, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão, esses estudos evidenciaram a progressiva incorporação do direito à educação inclusiva às estruturas normativas do Estado brasileiro.

Entretanto, ao privilegiar a sucessão dos marcos legais como eixo interpretativo, essa perspectiva tende a explicar a evolução histórica predominantemente pela produção normativa. As transformações passam a ser compreendidas como consequência direta da promulgação de novos dispositivos legais, enquanto os processos históricos, sociais e epistemológicos que possibilitaram a emergência desses documentos permanecem menos explorados. Em consequência, explica-se de forma consistente quando ocorreram determinadas mudanças, mas com menor profundidade por que elas se tornaram historicamente possíveis.

3.2. A Evolução Explicada Pelas Mudanças Paradigmáticas da Deficiência

Outra perspectiva amplamente presente na literatura interpreta a evolução da Educação Especial por meio das mudanças nas concepções de deficiência. Nessa abordagem, a trajetória histórica é

compreendida como um deslocamento progressivo entre diferentes paradigmas, frequentemente descritos como médico, integracionista, social e inclusivo (Pletsch & Souza, 2021; Bueno et al., 2023).

Ao deslocar o foco da legislação para as formas de compreender a deficiência, essa perspectiva contribuiu significativamente para evidenciar que as políticas públicas e as práticas educacionais refletem concepções historicamente construídas acerca da diferença humana. A literatura demonstra que a substituição de perspectivas centradas na incapacidade por abordagens fundamentadas nos direitos humanos redefiniu o papel da Educação Especial, ampliando a compreensão da deficiência como resultado da interação entre impedimentos individuais e barreiras sociais.

Apesar de sua relevância, essa perspectiva também apresenta limites quando utilizada como explicação abrangente da evolução da Educação Especial. Ao concentrar-se nas mudanças conceituais da deficiência, tende a atribuir menor centralidade aos processos institucionais e políticos responsáveis pela incorporação dessas concepções às políticas públicas. Em consequência, embora explique de maneira consistente a transformação dos referenciais teóricos, oferece menor capacidade para compreender como essas mudanças foram institucionalizadas pelo Estado e materializadas na organização dos sistemas educacionais.

3.3. A Evolução Explicada Pela Institucionalização das Políticas Públicas

Uma terceira perspectiva organiza a evolução da Educação Especial a partir da formulação, implementação e consolidação das políticas públicas. Nessa abordagem, a transformação histórica é compreendida como resultado da atuação estatal, da reorganização administrativa dos sistemas educacionais e da construção de mecanismos institucionais destinados à efetivação do direito à educação inclusiva (Baptista, 2019; Lopes & Almeida, 2015; Rosa & Lima, 2022).

Os estudos vinculados a essa perspectiva demonstram que a institucionalização das políticas públicas representou um processo contínuo de redefinição das responsabilidades governamentais, envolvendo financiamento, gestão, formação docente, organização do Atendimento Educacional Especializado e desenvolvimento de mecanismos de acessibilidade. A evolução da Educação Especial passa, assim, a ser interpretada como expressão da crescente capacidade do Estado em produzir respostas institucionais às demandas por inclusão escolar.

Todavia, embora essa abordagem permita compreender os processos de implementação das políticas públicas, tende a privilegiar a dimensão institucional das mudanças, sem explorar suficientemente os fundamentos históricos que orientaram sua formulação. As políticas aparecem, frequentemente, como unidades autônomas de análise, enquanto as racionalidades que sustentam sua construção permanecem implícitas.

3.4. A Evolução Explicada Pela Democratização da Escolarização

Uma quarta perspectiva concentra-se nos efeitos produzidos pelas políticas públicas sobre a escolarização das pessoas com deficiência.

Nessa abordagem, a evolução da Educação Especial é interpretada por meio da ampliação do acesso à escola, da permanência, da participação, da aprendizagem e da construção de práticas pedagógicas inclusivas (Silva & Carvalho, 2017; Matos & Mendes, 2015; Santos & Mendes, 2021).

Essa perspectiva contribuiu para deslocar o foco da análise das estruturas normativas para a realidade vivenciada pelas escolas, evidenciando que a efetivação do direito à educação depende da transformação das práticas pedagógicas, da formação de professores e da organização dos sistemas educacionais. Ao privilegiar a experiência escolar, a literatura demonstra que a inclusão não se esgota na matrícula dos estudantes com deficiência, exigindo condições institucionais capazes de garantir sua participação plena nos processos educativos.

Entretanto, ao enfatizar os resultados da escolarização, essa abordagem tende a concentrar-se nos efeitos das políticas públicas, explorando com menor profundidade os processos históricos responsáveis pela constituição das racionalidades que sustentam essas políticas. Dessa forma, a escolarização aparece como consequência das transformações institucionais, mas permanece parcialmente desvinculada dos movimentos históricos que redefiniram a compreensão da deficiência e do direito à educação.

3.5. Síntese Crítica da Literatura

A integração crítica dos estudos analisados evidencia que a literatura científica construiu interpretações consistentes sobre diferentes dimensões da evolução da Educação Especial. Os marcos legais explicam a progressiva institucionalização dos direitos; as mudanças

paradigmáticas evidenciam a transformação das concepções de deficiência; as políticas públicas demonstram a reorganização da atuação estatal; e a escolarização revela os efeitos dessas mudanças na organização da educação. Cada uma dessas perspectivas contribui para compreender aspectos essenciais do fenômeno investigado.

Entretanto, a análise integrada do corpus permite observar que tais perspectivas permanecem organizadas em torno de diferentes níveis explicativos, privilegiando dimensões específicas do processo histórico sem oferecer uma interpretação capaz de articulá-las em um único modelo analítico. Em consequência, a evolução da Educação Especial tende a ser apresentada como um conjunto de transformações paralelas, cuja unidade histórica permanece apenas parcialmente explicitada.

Essa constatação não representa uma limitação da literatura, mas evidencia a necessidade de um referencial analítico que permita integrar essas diferentes interpretações em torno de um mesmo processo histórico. É precisamente nesse ponto que se situa a contribuição deste estudo. Em vez de substituir as explicações existentes, propõe-se compreender que todas elas descrevem manifestações distintas de um movimento mais amplo: a transformação das racionalidades que passaram a orientar a compreensão da deficiência, a institucionalização das políticas públicas e a organização da escolarização das pessoas com deficiência.

Assim, a revisão crítica da literatura não conduz ao abandono das perspectivas explicativas anteriormente descritas. Ao contrário, ela evidencia sua complementaridade e cria as condições para a

construção de uma categoria analítica capaz de integrá-las em uma interpretação histórica mais abrangente. É esse movimento que fundamenta a seção seguinte, dedicada à proposição da transformação das racionalidades como categoria analítica para reinterpretar a evolução da Educação Especial.

4. A TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES COMO CATEGORIA ANALÍTICA

A análise crítica desenvolvida na seção anterior evidenciou que a produção científica sobre Educação Especial e educação inclusiva construiu interpretações consistentes acerca da evolução histórica das políticas públicas, da ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, das mudanças paradigmáticas e das transformações ocorridas na escolarização. Entretanto, também revelou que essas interpretações permanecem organizadas em torno de perspectivas explicativas relativamente autônomas, privilegiando determinados aspectos do processo histórico sem oferecer uma compreensão integrada das transformações que atravessam simultaneamente a deficiência, a Educação Especial, o Estado e as políticas educacionais.

Essa constatação não diminui a relevância da literatura produzida nas últimas décadas. Ao contrário, evidencia sua riqueza analítica e sua capacidade de explicar diferentes dimensões da evolução da Educação Especial. Todavia, ao serem examinadas de forma integrada, essas contribuições revelam um elemento comum que permanece, em grande medida, implícito: todas descrevem transformações históricas, embora utilizem referenciais conceituais distintos para interpretá-las. Em diferentes momentos, os estudos analisam mudanças nas formas de compreender a deficiência, na

organização das políticas públicas, na concepção de direitos, na função atribuída à Educação Especial e nas responsabilidades assumidas pelo Estado. O que varia é o referencial adotado para explicar essas mudanças.

É precisamente dessa convergência que emerge a necessidade de uma categoria analítica capaz de integrar as diferentes interpretações presentes na literatura. Mais do que descrever a sucessão de acontecimentos históricos, essa categoria deve permitir compreender o princípio organizador que articula tais transformações e explica sua evolução ao longo do tempo. É nesse contexto que se propõe, neste estudo, a **transformação das racionalidades** como categoria analítica para interpretar a evolução histórica da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva.

A categoria aqui proposta não pretende substituir os referenciais teóricos já consolidados na área, tampouco estabelecer uma nova periodização da história da Educação Especial. Sua finalidade consiste em oferecer um nível adicional de interpretação capaz de integrar contribuições que, embora produzidas sob diferentes perspectivas, convergem para um mesmo movimento histórico: a transformação das formas pelas quais a deficiência, a Educação Especial, a escolarização e o direito à educação passaram a ser compreendidos em diferentes contextos sociais, políticos e institucionais.

Sob essa perspectiva, a evolução da Educação Especial deixa de ser interpretada exclusivamente como resultado da ampliação dos direitos, da produção normativa ou da implementação de políticas públicas. Esses elementos continuam sendo fundamentais para

compreender esse percurso histórico, mas passam a ser entendidos como manifestações de transformações mais profundas, relacionadas às racionalidades que orientam a forma como a sociedade compreende a deficiência, organiza as políticas educacionais e define as responsabilidades do Estado perante o direito à educação.

4.1. Por Que a Literatura Necessita de Uma Categoria Integradora?

A diversidade da produção científica analisada evidencia que a evolução da Educação Especial pode ser observada sob múltiplas perspectivas. Estudos jurídicos enfatizam os processos de institucionalização dos direitos; pesquisas históricas destacam a sucessão dos marcos legais; investigações educacionais concentram-se na implementação das políticas públicas; enquanto análises pedagógicas privilegiam as transformações da escolarização e das práticas inclusivas. Cada uma dessas abordagens produz contribuições relevantes para a compreensão do fenômeno investigado.

Entretanto, essa diversidade também revela que as interpretações permanecem relativamente fragmentadas. Em geral, os estudos explicam mudanças ocorridas em determinados níveis da realidade — jurídico, político, institucional ou pedagógico — sem construir um referencial capaz de articular essas diferentes dimensões em um único processo histórico. A consequência é que a evolução da Educação Especial frequentemente aparece como um conjunto de mudanças paralelas, cuja relação permanece apenas parcialmente explicitada.

A construção de uma categoria integradora responde precisamente a essa limitação. Em vez de substituir as explicações existentes, busca estabelecer um nível interpretativo superior, capaz de compreender como diferentes transformações observadas na literatura integram um mesmo movimento histórico de reorganização das formas de compreender a deficiência, a cidadania e o direito à educação.

4.2. O Conceito de Racionalidade Como Fundamento Interpretativo

A escolha da racionalidade como categoria central desta investigação decorre de sua capacidade de explicar não apenas as práticas educacionais ou os dispositivos normativos, mas os fundamentos históricos que orientam sua constituição. Diferentemente de conceitos como paradigma, modelo ou concepção, frequentemente utilizados para caracterizar mudanças específicas no campo da Educação Especial, a noção de racionalidade permite compreender os princípios que organizam formas historicamente situadas de interpretar a deficiência, produzir políticas públicas, definir responsabilidades institucionais e orientar práticas educacionais.

Nessa perspectiva, uma racionalidade corresponde a um modo historicamente construído de organizar conhecimentos, valores, normas e práticas sociais em torno de determinado objeto. No caso da Educação Especial, diferentes racionalidades produziram distintas formas de compreender a deficiência e, conseqüentemente, diferentes maneiras de organizar a educação das pessoas com deficiência. Assim, as mudanças observadas na legislação, nas políticas públicas ou na escolarização deixam de ser

interpretadas como fenômenos isolados e passam a ser compreendidas como manifestações da transformação dessas racionalidades.

Essa compreensão amplia significativamente o potencial explicativo da literatura existente, pois permite integrar fenômenos que, até então, eram analisados separadamente. A evolução dos direitos, a reorganização das políticas públicas, a redefinição do papel da Educação Especial e as mudanças ocorridas na escolarização passam a constituir expressões distintas de um mesmo processo histórico.

4.3. A Transformação das Racionalidades Como Categoria Analítica

A categoria **transformação das racionalidades** emerge, portanto, como resultado da integração crítica da literatura analisada. Ela designa o processo histórico por meio do qual diferentes formas de compreender a deficiência foram progressivamente reorganizadas, produzindo mudanças simultâneas nas políticas públicas, na organização institucional da Educação Especial, na atuação do Estado e na escolarização das pessoas com deficiência.

Essa categoria permite compreender que a evolução da Educação Especial não decorre exclusivamente da promulgação de novas leis nem da simples substituição de paradigmas educacionais. As mudanças legislativas, institucionais e pedagógicas passam a ser interpretadas como manifestações históricas de transformações mais amplas nas racionalidades que orientam a relação entre deficiência, educação e direitos humanos.

Ao assumir essa perspectiva, a literatura anteriormente analisada deixa de representar um conjunto de interpretações independentes e passa a constituir diferentes evidências de um mesmo movimento histórico. A categoria proposta não elimina a diversidade dos estudos existentes; ao contrário, oferece um referencial capaz de integrá-los em uma explicação mais abrangente da evolução da Educação Especial.

5. A TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES COMO CATEGORIA ANALÍTICA

A revisão crítica desenvolvida na seção anterior permitiu evidenciar que a literatura científica produziu importantes interpretações acerca da evolução da Educação Especial e das políticas públicas de educação inclusiva. Os estudos analisados demonstram, de forma consistente, que esse percurso histórico foi marcado pela ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, pela consolidação de novos referenciais normativos, pela transformação das concepções de deficiência, pela institucionalização de políticas públicas e pela democratização da escolarização. Entretanto, a integração crítica do corpus revelou que essas diferentes explicações permanecem organizadas em perspectivas analíticas relativamente independentes, cada uma delas enfatizando dimensões específicas de um processo histórico mais amplo.

Essa constatação não representa uma fragilidade da literatura, mas evidencia a complexidade do fenômeno investigado. A evolução da Educação Especial envolve mudanças simultâneas na produção do conhecimento, na formulação das políticas públicas, na atuação do Estado, na organização dos sistemas educacionais e na própria compreensão social da deficiência. Nenhuma dessas dimensões

pode ser considerada suficiente, isoladamente, para explicar a totalidade desse percurso histórico. Ao mesmo tempo, todas elas parecem expressar transformações convergentes que ultrapassam os objetos específicos analisados em cada estudo.

É precisamente dessa convergência que emerge a necessidade de uma categoria analítica integradora. Mais do que acrescentar um novo conceito ao campo da Educação Especial, trata-se de construir um referencial interpretativo capaz de compreender aquilo que permanece subjacente às diferentes explicações produzidas pela literatura. Em vez de perguntar apenas quais mudanças ocorreram, torna-se necessário compreender qual processo histórico permitiu que essas mudanças se tornassem possíveis. Essa mudança de perspectiva desloca o foco da descrição dos acontecimentos para a análise dos princípios que organizaram sua produção histórica.

Nessa direção, propõe-se a transformação das racionalidades como categoria analítica para interpretar a evolução da Educação Especial. Essa categoria não pretende substituir os referenciais teóricos consolidados nem estabelecer uma nova periodização da história da Educação Especial. Seu propósito consiste em oferecer um nível interpretativo capaz de integrar as diferentes perspectivas explicativas presentes na literatura, compreendendo-as como manifestações de um mesmo processo histórico de reorganização das formas pelas quais a deficiência, o direito à educação e as responsabilidades do Estado passaram a ser concebidos.

5.1. Da Insuficiência das Perspectivas Explicativas à Necessidade de Uma Categoria Integradora

Toda produção científica organiza-se em torno de categorias capazes de conferir inteligibilidade aos fenômenos que investiga. Na literatura sobre Educação Especial, categorias como inclusão, integração, paradigma, modelo social, direitos humanos, políticas públicas e escolarização desempenharam papel decisivo na compreensão das transformações ocorridas ao longo das últimas décadas. Essas categorias permitiram identificar importantes mudanças conceituais, institucionais e educacionais, contribuindo significativamente para a consolidação do campo.

Entretanto, a própria riqueza dessa produção evidencia um limite interpretativo. Cada categoria ilumina determinado aspecto da realidade, mas nenhuma delas, isoladamente, permite compreender a articulação entre as múltiplas transformações que caracterizam a evolução da Educação Especial. Os marcos legais explicam a institucionalização dos direitos; os paradigmas explicam as mudanças nas concepções de deficiência; as políticas públicas explicam a reorganização da ação estatal; e a escolarização evidencia a materialização dessas mudanças no cotidiano educacional. O problema não reside na insuficiência dessas categorias, mas na ausência de um referencial que permita compreender a relação histórica entre elas.

Nesse sentido, a integração crítica da literatura revelou que diferentes estudos descrevem manifestações de um mesmo movimento histórico sem, contudo, explicitar o princípio organizador que lhes confere unidade. As transformações observadas na legislação, nas políticas públicas, nas instituições e nas práticas escolares parecem responder a mudanças mais profundas nas formas de compreender a deficiência e o direito à educação. Torna-se necessário, portanto, construir uma categoria que opere em um

nível analítico distinto: não voltado apenas à descrição das mudanças, mas à compreensão da lógica histórica que as articula.

É exatamente essa função que se atribui, neste estudo, à categoria transformação das racionalidades.

5.2. Por Que Racionalidades?

A escolha da racionalidade como categoria central desta investigação decorre da compreensão de que os processos históricos não são organizados apenas por normas, políticas ou concepções isoladas, mas por formas socialmente construídas de produzir sentido, definir problemas, estabelecer critérios de legitimidade e orientar práticas institucionais. As políticas públicas não surgem de maneira espontânea; elas expressam modos historicamente situados de compreender a realidade e de organizar a intervenção estatal.

Essa compreensão distingue a racionalidade de outras categorias frequentemente utilizadas na literatura. Paradigmas, modelos ou concepções descrevem formas específicas de compreender determinado fenômeno. A racionalidade, por sua vez, permite compreender os princípios que estruturam essas próprias formas de compreensão e que orientam sua institucionalização em diferentes esferas da vida social.

No campo da Educação Especial, essa distinção possui importantes implicações analíticas. As mudanças observadas nas concepções de deficiência, nas políticas públicas e na escolarização deixam de ser interpretadas como processos independentes e passam a ser compreendidas como expressões históricas de racionalidades que reorganizam simultaneamente a produção do conhecimento, a

atuação do Estado e as práticas educacionais. Assim, a categoria proposta desloca a análise do plano dos acontecimentos para o plano dos princípios históricos que conferem unidade a esses acontecimentos.

5.3. A Transformação das Racionalidades Como Modelo Interpretativo

A categoria transformação das racionalidades compreende a evolução da Educação Especial como um processo histórico de reorganização das formas pelas quais a deficiência é interpretada, os direitos são reconhecidos, as políticas públicas são formuladas e a escolarização é organizada. Sob essa perspectiva, a história da Educação Especial não corresponde apenas à sucessão de acontecimentos jurídicos ou institucionais, mas à transformação dos fundamentos que orientam essas mudanças.

Essa interpretação permite compreender que a institucionalização dos direitos humanos, a reorganização das políticas públicas e a ampliação da escolarização inclusiva constituem diferentes manifestações de uma mesma dinâmica histórica. As mudanças legais deixam de ser consideradas eventos inaugurais e passam a ser compreendidas como momentos de consolidação de racionalidades cuja construção ocorre em processos sociais, políticos e científicos mais amplos.

Ao integrar essas diferentes dimensões, a categoria proposta oferece um modelo interpretativo que supera leituras fragmentadas da evolução da Educação Especial. Ela não substitui as categorias anteriormente utilizadas pela literatura; ao contrário, organiza-as em uma estrutura analítica mais abrangente, capaz de explicar como

mudanças conceituais, institucionais e educacionais passam a constituir partes de um mesmo processo histórico.

5.4. O Potencial Heurístico da Categoria

Uma categoria analítica adquire relevância científica quando amplia a capacidade de compreender fenômenos que permaneciam apenas parcialmente explicados. Nesse sentido, o principal potencial heurístico da transformação das racionalidades reside na possibilidade de integrar processos que a literatura frequentemente analisa de forma separada.

Por meio dessa categoria, a Declaração de Salamanca deixa de ser interpretada como o ponto de partida da educação inclusiva e passa a ser compreendida como um momento de consolidação de uma racionalidade internacional de direitos humanos construída ao longo de décadas. A Constituição Federal de 1988 deixa de representar apenas um marco jurídico nacional e passa a expressar a constitucionalização dessa racionalidade no contexto brasileiro. Da mesma forma, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão deixam de ser analisadas como políticas isoladas e passam a integrar um processo contínuo de institucionalização dos direitos.

Essa mudança de perspectiva produz um deslocamento interpretativo significativo. O foco deixa de estar na sucessão cronológica dos acontecimentos e passa a concentrar-se na lógica histórica que explica por que determinados acontecimentos se tornaram possíveis em determinados contextos. É justamente essa capacidade de reorganizar o significado dos fenômenos conhecidos que confere à categoria seu potencial explicativo.

5.5. Síntese Teórica

A categoria transformação das racionalidades não constitui uma nova narrativa histórica da Educação Especial, nem pretende substituir os referenciais consolidados na área. Sua contribuição reside em oferecer um modelo interpretativo capaz de integrar diferentes perspectivas explicativas em torno de um mesmo processo histórico de reorganização das formas de compreender a deficiência, produzir políticas públicas e organizar a escolarização.

A revisão crítica da literatura demonstrou que as interpretações existentes permanecem organizadas em diferentes níveis analíticos. A categoria aqui proposta permite articular esses níveis, compreendendo a evolução da Educação Especial como expressão da transformação histórica das racionalidades que estruturam as relações entre deficiência, direitos humanos, Estado e educação.

Mais do que um conceito organizador desta investigação, a transformação das racionalidades configura uma lente analítica para futuras pesquisas. Seu potencial reside na possibilidade de orientar novas interpretações sobre políticas públicas, processos de escolarização e disputas contemporâneas em torno da educação inclusiva, ampliando as possibilidades teóricas de compreensão da evolução da Educação Especial.

6. A TRANSFORMAÇÃO DAS RACIONALIDADES COMOLENTE ANALÍTICA PARA REINTERPRETAR A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A construção da categoria **transformação das racionalidades** produz um deslocamento analítico significativo na compreensão da evolução da Educação Especial. Até aqui, a revisão crítica da

literatura demonstrou que diferentes perspectivas explicativas contribuíram para interpretar esse percurso histórico, enfatizando sucessivamente os marcos legais, as mudanças paradigmáticas, a institucionalização das políticas públicas e os processos de escolarização. Lidas de forma isolada, essas interpretações oferecem explicações consistentes para dimensões específicas da realidade. Entretanto, quando integradas criticamente, revelam que todas descrevem manifestações históricas de um mesmo processo de transformação.

Sob essa perspectiva, a categoria proposta neste estudo deixa de constituir apenas um conceito organizador da revisão e passa a operar como uma lente analítica. Sua função não consiste em substituir os referenciais consolidados na literatura, mas em reorganizar o significado das transformações históricas já identificadas, demonstrando que mudanças jurídicas, políticas, institucionais e educacionais integram um mesmo movimento de reorganização das racionalidades que orientam a compreensão da deficiência e do direito à educação.

Essa mudança de perspectiva modifica substancialmente a interpretação da evolução da Educação Especial. A sucessão cronológica de documentos normativos, reformas educacionais e políticas públicas deixa de representar uma sequência de acontecimentos relativamente independentes e passa a ser compreendida como expressão histórica da institucionalização progressiva de racionalidades que redefinem, simultaneamente, a relação entre deficiência, cidadania, educação e atuação estatal. O foco analítico desloca-se, assim, da descrição dos acontecimentos para a compreensão dos princípios históricos que lhes conferem unidade.

Esse deslocamento não altera os fatos descritos pela literatura, mas modifica profundamente sua interpretação. A categoria transformação das racionalidades permite compreender que as mudanças observadas na Educação Especial não decorreram apenas da ampliação progressiva dos direitos ou da promulgação de novos dispositivos legais. Elas resultam da reorganização histórica das formas pelas quais a deficiência passou a ser compreendida e institucionalizada, produzindo novos modos de formular políticas públicas, organizar sistemas educacionais e garantir o direito à educação.

6.1. Da Sucessão dos Acontecimentos à Transformação Histórica das Racionalidades

A literatura costuma organizar a evolução da Educação Especial por meio de uma sequência relativamente estável de acontecimentos históricos. Declarações internacionais, reformas constitucionais, políticas nacionais e legislações específicas são frequentemente apresentados como marcos sucessivos responsáveis pela consolidação da educação inclusiva. Essa narrativa desempenhou papel fundamental na sistematização do campo e permitiu compreender o processo de ampliação dos direitos das pessoas com deficiência.

Todavia, quando observados à luz da categoria proposta neste estudo, esses acontecimentos adquirem um significado distinto. Eles deixam de ser interpretados como pontos de origem das transformações históricas e passam a representar momentos de consolidação institucional de racionalidades cuja construção antecede sua formalização normativa. Em vez de inaugurar novas etapas históricas, os marcos legais passam a expressar processos

mais amplos de reorganização das formas de compreender a deficiência, a cidadania e o direito à educação.

Essa mudança interpretativa possui implicações relevantes para a compreensão da história da Educação Especial. A Declaração de Salamanca, por exemplo, deixa de ocupar o lugar de marco inaugural da educação inclusiva para ser compreendida como um momento de consolidação internacional de uma racionalidade fundada nos direitos humanos. De maneira semelhante, a Constituição Federal de 1988 deixa de representar apenas a incorporação jurídica do direito à educação e passa a expressar a constitucionalização, no contexto brasileiro, dessa mesma racionalidade.

A consequência desse deslocamento é a superação de uma leitura fragmentada da evolução histórica. Em vez de uma sequência de acontecimentos, passa-se a reconhecer um processo contínuo de transformação das racionalidades que conferem sentido à produção normativa, às políticas públicas e às reformas educacionais.

6.2. A Institucionalização da Racionalidade dos Direitos Humanos

A categoria transformação das racionalidades também permite reinterpretar a institucionalização das políticas públicas de Educação Especial. Sob essa perspectiva, políticas, programas e legislações deixam de ser analisados como iniciativas autônomas e passam a constituir diferentes níveis de institucionalização de uma mesma racionalidade orientada pelos direitos humanos.

Essa interpretação evidencia que documentos internacionais, dispositivos constitucionais e políticas nacionais integram um percurso histórico coerente, no qual a racionalidade dos direitos

humanos é progressivamente incorporada às estruturas do Estado. A institucionalização não corresponde, portanto, à simples criação de novos instrumentos legais, mas ao processo por meio do qual uma determinada racionalidade se transforma em princípio organizador da ação estatal.

Ao compreender as políticas públicas dessa forma, torna-se possível explicar por que diferentes reformas educacionais apresentam continuidade, mesmo quando formuladas em contextos políticos distintos. A permanência não decorre apenas da manutenção de dispositivos legais, mas da consolidação de racionalidades que orientam a definição dos problemas públicos, das responsabilidades governamentais e dos direitos educacionais das pessoas com deficiência.

6.3. A Escolarização Como Materialização Histórica das Racionalidades

A escola constitui o espaço privilegiado de materialização das racionalidades institucionalizadas pelas políticas públicas. É nela que os princípios jurídicos se transformam em práticas pedagógicas, que os direitos assumem forma concreta e que as políticas públicas produzem efeitos sobre a experiência educacional dos estudantes com deficiência.

Sob a lente analítica proposta neste estudo, acesso, permanência, participação, aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado, acessibilidade e apoios educacionais deixam de ser compreendidos como objetivos independentes da educação inclusiva. Todos representam expressões históricas de uma

racionalidade que reconhece a deficiência como questão de direitos humanos e redefine a função social da escola.

Essa interpretação também permite compreender as tensões ainda presentes nos sistemas educacionais. A coexistência entre práticas inclusivas e mecanismos persistentes de exclusão não decorre apenas de dificuldades de implementação das políticas públicas. Ela reflete a convivência, no interior das instituições escolares, de racionalidades historicamente distintas, cujos princípios continuam disputando espaço na organização da educação contemporânea.

Assim, os desafios atuais da Educação Especial deixam de ser interpretados exclusivamente como insuficiência de recursos ou falhas administrativas. Eles passam a ser compreendidos como expressão das disputas entre racionalidades em processo contínuo de transformação.

6.4. Uma Nova Interpretação da Evolução da Educação Especial

A principal contribuição da categoria **transformação das racionalidades** consiste em oferecer um novo modelo interpretativo para compreender a evolução da Educação Especial. Em vez de organizar esse percurso histórico pela sucessão de eventos normativos ou pela substituição de paradigmas educacionais, a categoria permite reconhecer um processo contínuo de reorganização das formas de compreender a deficiência, os direitos, o papel do Estado e a escolarização.

Essa interpretação amplia o potencial explicativo da literatura existente porque integra fenômenos anteriormente analisados de forma separada. Os marcos legais passam a ser compreendidos como momentos de institucionalização; as políticas públicas, como

expressões organizacionais das racionalidades; e a escolarização, como sua materialização histórica. Cada dimensão mantém sua especificidade, mas todas passam a constituir partes de uma mesma dinâmica histórica.

Mais do que reinterpretar o passado da Educação Especial, essa perspectiva oferece uma ferramenta analítica para compreender seus desafios presentes e futuros. Ao deslocar o foco da análise para as racionalidades que estruturam as políticas públicas e as práticas educacionais, torna-se possível investigar novas reformas, disputas políticas e processos de escolarização a partir dos princípios históricos que orientam sua constituição.

Nesse sentido, a categoria **transformação das racionalidades** ultrapassa os limites desta investigação. Ela não se restringe a explicar a evolução da Educação Especial, mas propõe um referencial analítico passível de ser mobilizado em futuras pesquisas sobre políticas públicas, direitos humanos, inclusão escolar e processos de transformação institucional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução da Educação Especial tem sido amplamente investigada pela literatura científica sob diferentes perspectivas explicativas. Ao longo das últimas décadas, pesquisadores têm demonstrado, com consistência, a importância dos marcos legais, das transformações paradigmáticas da deficiência, da institucionalização das políticas públicas e da democratização da escolarização para compreender o percurso histórico da educação destinada às pessoas com deficiência. Essas contribuições foram fundamentais para consolidar

o campo da Educação Especial e ampliar o conhecimento sobre a constituição da educação inclusiva.

Entretanto, a integração crítica da produção científica realizada neste estudo permitiu evidenciar que tais perspectivas, embora robustas e complementares, permanecem predominantemente organizadas em níveis analíticos distintos. Cada uma delas ilumina dimensões relevantes da realidade, mas nenhuma, isoladamente, explica a unidade histórica que articula as transformações jurídicas, políticas, institucionais e educacionais observadas ao longo desse percurso. Essa constatação constituiu o ponto de partida desta investigação e justificou a busca por um referencial analítico capaz de integrar criticamente as diferentes interpretações presentes na literatura.

Foi nesse contexto que este estudo propôs a transformação das racionalidades como categoria analítica para reinterpretar a evolução da Educação Especial. Diferentemente de uma nova periodização histórica ou de uma categoria descritiva adicional, a proposta apresentada consiste em um modelo interpretativo que permite compreender as mudanças observadas na legislação, nas políticas públicas e na escolarização como expressões históricas da reorganização das racionalidades que passaram a orientar a compreensão da deficiência, do direito à educação e do papel do Estado.

A principal contribuição deste artigo reside, portanto, menos na identificação de novos acontecimentos históricos do que na construção de uma nova forma de interpretá-los. Ao operar como lente analítica, a categoria proposta desloca o foco da sucessão cronológica dos marcos normativos para a compreensão dos

processos históricos que tornaram possível sua institucionalização. Sob essa perspectiva, declarações internacionais, dispositivos constitucionais, políticas públicas e práticas escolares deixam de constituir fenômenos independentes e passam a integrar um mesmo processo histórico de transformação das racionalidades. Essa mudança interpretativa permite compreender que a evolução da Educação Especial não corresponde apenas à ampliação progressiva de direitos, mas à consolidação histórica de novos modos de produzir conhecimento, formular políticas públicas e organizar a escolarização das pessoas com deficiência.

Do ponto de vista metodológico, este estudo também oferece uma contribuição ao demonstrar o potencial da Revisão Crítica Interpretativa da Literatura com Construção Teórica como estratégia de produção do conhecimento. Ao partir de um corpus constituído por cinquenta e sete artigos científicos, a investigação não se limitou à síntese das evidências disponíveis, mas desenvolveu um processo de integração crítica que possibilitou a construção de uma categoria analítica derivada da própria literatura. Esse percurso evidencia que revisões de literatura podem ultrapassar sua função tradicional de sistematização do conhecimento e constituir espaços legítimos de elaboração teórica, especialmente em campos científicos marcados pela diversidade de perspectivas explicativas.

As implicações desta investigação estendem-se para além da interpretação da evolução da Educação Especial. A categoria transformação das racionalidades apresenta potencial heurístico para orientar futuras pesquisas sobre políticas públicas, direitos humanos, escolarização, inclusão educacional e processos de transformação institucional. Ao privilegiar a análise das racionalidades que estruturam a produção das políticas e das

práticas educacionais, abre-se a possibilidade de compreender, sob uma nova perspectiva, tanto as continuidades quanto as disputas que caracterizam os desafios contemporâneos da educação inclusiva.

Por fim, acredita-se que a principal contribuição deste artigo consiste em reafirmar que a história da Educação Especial não deve ser compreendida apenas como uma sucessão de reformas legais ou de mudanças pedagógicas, mas como a expressão histórica da transformação das racionalidades que redefiniram a relação entre deficiência, educação, cidadania e direitos humanos. Mais do que oferecer uma nova interpretação sobre o passado, a categoria aqui proposta convida a comunidade científica a reconsiderar os fundamentos analíticos com os quais interpreta o presente e projeta o futuro das políticas públicas de educação inclusiva.

Se a literatura permitiu compreender como a Educação Especial evoluiu, espera-se que a categoria transformação das racionalidades contribua para compreender, com maior profundidade, por que essa evolução assumiu a configuração histórica que hoje conhecemos. É nesse deslocamento do olhar — da descrição das mudanças para a interpretação das racionalidades que as produziram — que reside a contribuição teórica deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAWAD, H.; MUSYOKA, M. Examining the effectiveness of fingerspelling in improving the vocabulary and literacy skills of deaf students. *Creative Education*, v. 9, p. 456-468, 2018. DOI: 10.4236/ce.2018.93032.

ANDREW, K. N.; HOSHOOLEY, J.; JOANISSE, M. F. Sign language ability in young deaf signers predicts comprehension of written sentences in English. *PLOS ONE*, v. 9, n. 2, e89994, 2014. DOI: 10.1371/journal.pone.0089994.

CALDWELL-HARRIS, C. L.; HOFFMEISTER, R. J. Learning a second language via print: on the logical necessity of a fluent first language. *Frontiers in Communication*, v. 7, 900399, 2022. DOI: 10.3389/fcomm.2022.900399.

CARVALHO, M. E. de; CAVALCANTI, W. M. A.; SILVA, J. A. da. Ensino de Língua Portuguesa para surdos: uma revisão integrativa da literatura. *Revista CEFAC*, v. 21, n. 5, e9818, 2019. DOI: 10.1590/1982-0216/20192159818.

CHAMBERLAIN, C.; MAYBERRY, R. American Sign Language syntactic and narrative comprehension in skilled and less skilled readers: bilingual and bimodal evidence for the linguistic basis of reading. *Applied Psycholinguistics*, v. 29, p. 367-388, 2008. DOI: 10.1017/S014271640808017X.

CORMIER, K.; SCHEMBRI, A.; VINSON, D.; ORFANIDOU, E. First language acquisition differs from second language acquisition in prelingually deaf signers: evidence from sensitivity to grammaticality judgement in British Sign Language. *Cognition*, v. 124, n. 1, p. 50-65, 2012. DOI: 10.1016/j.cognition.2012.04.003.

CRUME, P. K.; LEDERBERG, A.; SCHICK, B. Language and reading comprehension abilities of elementary school-aged deaf children. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, p. 159-169, 2021. DOI: 10.1093/deafed/enaa033.

DE ALMEIDA, D. L.; SANTOS, G. F. D. dos; LACERDA, C. B. F. de. O ensino do português como segunda língua para surdos: estratégias didáticas. *Reflexão e Ação*, v. 23, n. 3, p. 30-57, 2015.

DOSTAL, H. M.; SCOTT, J. A.; CHAPPELL, M. D.; BLACK, C. A scoping review of literacy interventions using signed languages for school-age deaf students. *Behavioral Sciences*, v. 15, n. 8, 1104, 2025. DOI: 10.3390/bs15081104.

HÄNEL-FAULHABER, B.; GROEN, M. A.; RÖDER, B.; FRIEDRICH, C. K. Ongoing sign processing facilitates written word recognition in deaf native signing children. *Frontiers in Psychology*, v. 13, 917700, 2022. DOI: 10.3389/fpsyg.2022.917700.

HOFFMEISTER, R.; HENNER, J.; CALDWELL-HARRIS, C.; NOVOGRODSKY, R. Deaf children's ASL vocabulary and ASL syntax knowledge supports English knowledge. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, v. 27, p. 37-47, 2022. DOI: 10.1093/deafed/enab032.

HOWERTON-FOX, A.; FALK, J. L. Deaf children as 'English Learners': the psycholinguistic turn in deaf education. *Education Sciences*, v. 9, n. 2, 133, 2019. DOI: 10.3390/educsci9020133.

HRASTINSKI, I.; WILBUR, R. B. Academic achievement of deaf and hard-of-hearing students in an ASL/English bilingual program. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, v. 21, n. 2, p. 156-170, 2016. DOI: 10.1093/deafed/env072.

LILLO-MARTIN, D.; HENNER, J. Acquisition of sign languages. *Annual Review of Linguistics*, v. 7, p. 395-419, 2021. DOI: 10.1146/annurev-linguistics-043020-092357.

LIMA, D. M. R.; LEÓN, C. B. R.; SEABRA, A. G.; TEIXEIRA, M. C. T. V. Competências de leitura e vocabulário em Libras em escolares surdos. *Revista Psicopedagogia*, v. 37, n. 113, p. 156-167, 2020. DOI: 10.5935/0103-8486.20200014.

LU, A.; YU, Y.; NIU, J.; ZHANG, J. X. The effect of sign language structure on complex word reading in Chinese deaf adolescents. *PLOS ONE*, v. 10, n. 3, e0120943, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0120943.

MIRANDA, D. G. The illustrative image of the literary text in the textbook adapted in Libras: analysis of the appropriation of the deaf student. *Revista Araticum*, v. 21, n. 1, 2020. DOI: 10.46551/2179679320200002.

NOVOGRODSKY, R.; CALDWELL-HARRIS, C.; FISH, S.; HOFFMEISTER, R. J. The development of antonym knowledge in American Sign Language (ASL) and its relationship to reading comprehension in English. *Language Learning*, v. 64, n. 4, p. 749-770, 2014. DOI: 10.1111/lang.12078.

ORMEL, E.; GIEZEN, M. R.; KNOORS, H.; VERHOEVEN, L.; GUTIERREZ-SIGUT, E. Predictors of word and text reading fluency of deaf children in bilingual deaf education programmes. *Languages*, v. 7, 51, 2022. DOI: 10.3390/languages7010051.

PAGE, M. J.; MCKENZIE, J. E.; BOSSUYT, P. M.; BOUTRON, I.; HOFFMANN, T. C.; MULROW, C. D.; SHAMSEER, L.; TETZLAFF, J. M.; AKL, E. A.; BRENNAN, S. E.; et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, v. 372, n. 71, 2021. DOI: 10.1136/bmj.n71.

ROCHA, T. C. C.; CUNHA, L. S.; SOUZA, M. J. F. A alfabetização de estudantes surdos através da Libras. Olhares & Trilhas, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 1-27, jul./dez. 2024. DOI: 10.14393/OT2024v26.n.2.73762.

SILVA, S. G. L. Consequências da aquisição tardia da Língua Brasileira de Sinais na compreensão leitora da língua portuguesa, como segunda língua, em sujeitos surdos. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 21, n. 2, p. 275-288, abr./jun. 2015.

TOMAZIN, M. O.; RADOŠEVIĆ, T.; HRASTINSKI, I. Linguistic skills and text reading comprehension in prelingually deaf readers: a systematic review. Journal of Speech, Language, and Hearing Research, 2025. DOI: 10.1044/2024_JSLHR-24-00512.

WELTER, G.; VIDOR, D. C. G. M.; CRUZ, C. R. Intervenções e metodologias empregadas no ensino da escrita e leitura de indivíduos surdos: revisão de literatura. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 21, n. 3, p. 459-470, jul./set. 2015.

ZHANG, D.; KE, S.; YANG, J. Sign language in d/deaf students' spoken/written language development: a research synthesis and meta-analysis of cross-linguistic correlation coefficients. Review of Education, v. 12, n. 3, e70016, p. 1-40, 2024. DOI: 10.1002/rev3.70016.

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco. Líder do Grupo de Pesquisa GEI/UFRPE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1119-3613>.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5330024930917910>.